



RBGP  
Revista Brasileira de Gestão Pública  
V. 4, n. 1, 2025

<https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/rbgp>

ISSN 2965-5706



## REDES DE COOPERAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE SISTEMÁTICA DO TEMA

Rosiane Grazielle Rodrigues Pimentel<sup>a,1</sup>, Vicente da Rocha Soares Ferreira<sup>a</sup>

<sup>a</sup>Universidade Federal de Goiás (UFG),

### INFORMAÇÕES

*Palavras-chave:*  
redes de  
cooperação;  
políticas públicas;  
implementação;  
governança;  
análise  
bibliométrica.

### RESUMO

O objetivo deste estudo é compreender como as redes de cooperação têm contribuído para a implementação de políticas públicas. Para tanto, realizou-se uma revisão sistemática da literatura, combinada com análise bibliométrica, com base no protocolo SPAR-4-SLR (Paul et al., 2021). Foram analisados 105 artigos indexados nas bases Web of Science e Scopus, utilizando o software Bibliometrix (R). Os procedimentos metodológicos envolveram técnicas de rede de citação, identificação de palavras-chave e co-ocorrência, tendências de publicação, verificação de cocitação, clustering e interpretação de conteúdo. O estudo identificou tendências, autores, periódicos e países mais influentes, além de categorizar os principais enfoques temáticos. Os resultados evidenciam o crescimento significativo das publicações a partir de 2013, especialmente nas áreas de sustentabilidade, inovação e governança colaborativa. A exploração temática identificou sete eixos centrais: conceito de redes, governança em redes, redes específicas de políticas públicas, redes como estratégia de gestão, atuação dos atores, entes subnacionais e cooperação transfronteiriça. Conclui-se que as redes de cooperação representam um instrumento estratégico para enfrentar a complexidade da implementação de políticas públicas, ao promover a coordenação entre múltiplos atores e níveis de governo. O estudo contribui ao consolidar o estado da arte sobre o tema e indicar lacunas e oportunidades para pesquisas futuras.

### ABSTRACT

The objective of this study is to understand how cooperation networks have contributed to the implementation of public policies. To conclude, a systematic literature review was conducted, combined with a bibliometric analysis, based on the SPAR-4-SLR protocol (Paul et al., 2021). A total of 105 articles indexed in the Web of Science and Scopus databases were analyzed using the Bibliometrix (R) software. The methodological procedures involved citation network techniques, keyword and co-occurrence analysis, publication trends, co-citation verification, clustering, and content interpretation. The study identified trends, authors, journals, and the most influential countries, as well as categorizing the main thematic approaches. The results show a significant growth in publications since 2013, especially in the areas of sustainability, innovation, and collaborative governance. The thematic exploration identified seven central axes: network

*Keywords:*  
cooperation  
networks; public  
policies;  
implementation;  
governance;  
bibliometric  
analysis.

<sup>1</sup> rosianegrazielle@gmail.com

---

concepts, network governance, specific public policy networks, networks as a management strategy, actors' roles, subnational entities, and cross-border cooperation. It is concluded that cooperation networks represent a strategic instrument to address the complexity of public policy implementation by promoting coordination among multiple actors and levels of government. The study contributes by consolidating the state of the art on the topic and identifying gaps and opportunities for future research.

---

## 1. Introdução

A literatura sobre implementação de políticas públicas tem destacado de forma proeminente a importância da cooperação em redes para o cumprimento efetivo dos objetivos dessas políticas (Ansell, 2003; Ansell & Gash, 2008; O'Toole, 2014). A vinculação de redes na implementação de políticas públicas surge a partir de um novo olhar sobre o papel da administração pública diante das crescentes exigências de governação por parte dos cidadãos e das novas necessidades colocadas pelos chamados “problemas complexos”, que requerem a intervenção de múltiplos atores (Lecy, Mergel, & Schmitz, 2014; O'Toole, 1997).

A colaboração em redes, também denominada de “redes de colaboração” tornaram-se uma estratégia popular para a implementação de políticas sociais (Kapucu, Hu, & Khosa, 2017). Nessas redes, os atores interagem para entregar conjuntamente um bem ou serviço que não pode ser oferecido por uma única organização (Isett & Provan, 2005). A expansão dos estudos de redes na implementação de políticas públicas parte da linha de pensamento na qual as tarefas públicas podem e devem ser executadas com o envolvimento de vários atores trabalhando juntos (Börzel, 2010; Klijn, Koppenjan & Termeer 1995; Klijn, 2008).

Analisando parte da bibliografia disponível sobre o tema (Agranoff & McGuire, 2001; Ansell & Gash, 2008; Klijn & Koppenjan, 2016; Mota & Bittencourt, 2019; Sørensen & Torfing, 2007; Provan & Kenis, 2008) é possível observar uma série de variedades na temática de redes. Considerando as possibilidades de pesquisa no campo de redes de cooperação e a importância do processo de implementação de políticas públicas, este trabalho parte do seguinte problema de pesquisa: como as redes de cooperação têm sido estudadas como instrumentos de implementação de políticas públicas?

A relevância deste estudo se justifica tanto do ponto de vista teórico quanto prático. Teoricamente, o campo de redes de cooperação aplicado à implementação de políticas públicas apresenta lacunas importantes quanto à sistematização e ao mapeamento da produção científica internacional. Do ponto de vista prático, compreender como as redes funcionam como mecanismos de implementação contribui diretamente para gestores públicos e formuladores de políticas que enfrentam contextos marcados por interdependência institucional, escassez de recursos e crescente complexidade dos problemas públicos.

O objetivo desta pesquisa é compreender como as redes de cooperação têm contribuído para a implementação de políticas públicas. Para tanto foi realizado uma revisão sistemática da literatura com o apoio de uma análise bibliométrica, a fim de apresentar o estado atual da pesquisa sobre a temática, além de apontar direções futuras de pesquisa (Paul, Lim, O'Cass, Hao & Bresciani, 2021). A pesquisa é de natureza qualitativa e quantitativa, utilizando como método principal a revisão sistemática combinada com bibliometria. O corpus de análise compreende 105 artigos indexados nas bases Web of Science e Scopus, selecionados a partir de 1.210 registros iniciais. Foram aplicadas técnicas de mapeamento científico, incluindo análise de coautoria, citação e co-ocorrência de palavras-chave. As principais contribuições do artigo são o mapeamento abrangente da produção científica internacional, a identificação das áreas emergentes e a sistematização das principais abordagens teóricas sobre o tema.

Este trabalho está dividido em cinco seções. Após a introdução, a seção 2 apresenta o referencial teórico, abordando redes de cooperação no processo de implementação de políticas públicas. No tópico 3, descrevem-se os procedimentos metodológicos, e na quarta seção, são discutidos e os resultados da análise. Na seção 5, são apresentadas as conclusões, limitações e sugestões de pesquisa com a temática.

## 2. Referencial Teórico

As políticas públicas, como campo do conhecimento, têm sua origem na ciência política americana e remonta aos estudos da década de 1950 (Melo, 1999). O termo *policy sciences* foi criado por Harold Lasswell em 1951 e designa o estudo das políticas públicas como uma ciência aplicada. Para Lasswell (1951), as políticas públicas mereciam ser consideradas um objeto de estudo próprio, com o intuito de aumentar a racionalidade das decisões das organizações públicas.

Existem inúmeras definições para o termo “políticas públicas” na literatura do campo. Conforme afirmado por Souza (2006), não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Peters (2015) define as políticas públicas como o conjunto de atividades que os governos empreendem com a finalidade de mudar sua economia e sociedade. Sob o ponto de vista conceitual, além de envolver diversos atores, as políticas públicas são

multidisciplinares e repercutem na economia e nas sociedades (Souza, 2006; Howlett, Ramesh & Perl, 2013). Diante das muitas definições, infere-se que o estudo da política pública é um fenômeno complexo multidisciplinar, envolve diversas áreas de conhecimento, e com multiplicidade de atores, internos e externos ao Estado (Howlett *et al.*, 2013).

Com o objetivo de aprimorar a racionalidade dos estudos de políticas públicas Lasswell (1951) delineou uma abordagem para a análise das políticas que propunha observá-las como um processo (*policy process*). O estudo da política pública como processo parte do pressuposto de que sua formação parte de um conjunto inter-relacionado de estágios por meio dos quais os temas e as deliberações fluem de forma mais ou menos sequencial (Howlett, 2011). A perspectiva de etapas ou ciclos, baseia-se na ideia de que todas as políticas passam pelos mesmos estágios, permitindo não apenas simplificar o complexo processo de produção de políticas, como também destacando seus aspectos centrais (formulação, implementação, avaliação, entre outros) facilitando e impulsionando o desenvolvimento do próprio campo de estudos (DeLeon, 1999).

O enfoque sobre a fase de implementação das políticas públicas constitui uma perspectiva relativamente recente na agenda de pesquisas dedicadas ao campo das políticas públicas (Nunes, Lotta, Bezerra, & Almendra, 2025; Cock, Nascimento, Costa & Bonamino, 2022). A implementação de políticas públicas é uma tarefa árdua e complexa que envolve uma série de fatores e atores, em que as decisões tomadas nesta etapa são cruciais para o sucesso das iniciativas governamentais (Winter, 2006; Hill & Hupe, 2009; Faria, 2012). Na literatura distintos modelos de análise e abordagens compreensivas do processo de implementação puderam ser desenvolvidos, em gerações de pesquisas que enfatizam diferentes perspectivas, com destaque para os modelos *top-down* e *bottom up*.

O modelo *top-down* (de cima para baixo) se caracteriza como um processo hierárquico e verticalizado, onde as políticas são formuladas por agentes do alto escalão, legitimadas pelo grupo político que as comanda e, então, traduzida em instruções aos níveis hierárquicos abaixo, até atingir o público beneficiário (DeLeon & DeLeon, 2002; Lotta, Nunes, Cavalcanti, Ferreira & Bonat, 2018). A abordagem *bottom-up* (de baixo para cima) começa a análise na outra extremidade da implementação e com o objetivo de avaliar os implementadores da linha de frente, demonstrando que o sucesso e insucesso dos programas dependem muito das habilidades dos atores envolvidos na implementação (Howlett, Ramesh & Perl, 2013).

Os debates em torno dos enfoques *top-down* e *bottom-up* conduziram à formação de uma nova geração de estudos, sustentada pela compreensão de que são necessários olhares integrados que articulem diferentes planos analíticos e conciliem as estratégias dedutiva e indutiva (Hill & Hupe, 2009; Winter, 2006). O campo de estudos de implementação passou por uma nova conceitualização, tendo sido afetado por influências teóricas como a “análise institucionalista”, a “*governance*” e a “gestão de redes” (O’Toole Jr & Meier, 2004; Saetren, 2014).

Estudos mais recentes sobre a fase de implementação de políticas públicas tem se desenvolvido em torno de questões no campo da administração pública e da gestão social, tais como burocracia de nível rua e sua relevância para a efetividade na implementação (Lipsky, 2010; Tummers & Bekkers, 2014; Lotta, 2019), capacidades estatais e percepção de desempenho de políticas implementadas (Gomide & Pereira, 2018; Capano, 2020; Sager & Gofen, 2022), coordenação de redes, descentralização de políticas e governança pública como mecanismo de implementação (Gontijo, 2012; Jaccoud & Vieira, 2020; Bichir, 2020).

A implementação passa a estar fortemente ligada em estruturas de governança, entendidas como estruturas de implementação e de redes de implementação que dão sustentação à cooperação, coordenação e negociação. O presente trabalho tem como foco as redes de cooperação no processo de implementação de políticas públicas, que segundo Subirats (1994) o conceito de rede é o mais apropriado para captar toda a riqueza dos atores, seus intercâmbios, pressões e negociações na fase de implementação.

No campo das políticas públicas, as redes se configuram como uma adequada solução na minimização de problemas complexos, diante de recursos escassos e envolvimento de diversos atores, sendo recomendada na administração de políticas (Fleury, 2005). Nesse sentido, as redes são vistas como arranjos de cooperação entre múltiplas organizações com a finalidade de resolver problemas que não podem ser resolvidos de forma individual, tendo como objetivo a implementação de uma política pública ou o fornecimento de algum bem ou serviço público (Klijn, Koppenjan, 2016; Agranoff & Mcguire, 2001; Agranoff, 2007).

O complexo processo de tomada de decisões sobre políticas públicas, ou de realização de projetos públicos, demanda a cooperação de um conjunto estável de atores públicos envolvidos em sua implementação, ou redes de serviços integradas nas quais os Estados trabalham em conjunto com prestadores de serviços (Klijn e Koppenjan, 2016; Sorensen & Torfing, 2018). Essa ligação entre os temas concentra-se no relacionamento entre os atores, nos papéis que cada um exerce na construção de uma visão mais integral acerca de uma política, focam no tratamento de problemas complexos e na contribuição dessas no processo de implementação de políticas.

### 3. Metodologia

#### 3.1 Base de dados e critérios utilizados

A metodologia de pesquisa adotada nesta revisão é baseada nos critérios de busca sistemática e segue as regras definidas pelo protocolo SPAR-4-SLR desenvolvida por Paul *et al.*, (2021). Foi realizada uma pesquisa de palavras-chave nas bases Web of Science e Scopus devido aos seus critérios de indexação altamente rigorosos (por exemplo SSCI e SCI) e com maior expressão e reconhecimento no meio científico. Para explorar o andamento das pesquisas realizadas sobre Implementação de Políticas Públicas e Redes na Administração foram realizadas buscas nas bases de dados sem um período específico. Segundo Paul *et al.*, (2021) pesquisas sem período específico de corte tem o intuito de analisar a progressão da temática ao longo do tempo.

As palavras-chave utilizadas no processo de busca incluíram: (“*public policy implementation*” OR “*implementation of public policies*” OR “*policy implementation*” OR “*implement public policy*”) AND (“*networks*” OR “*cooperation networks*” OR “*clusters*” OR “*collaborative networks*” OR “*collaboration network*” OR “*networks collaboration*” OR “*intermunicipal collaboration*”). Usando os conceitos selecionados em ambas as bases, *Web of Science* e *Scopus*, pesquisa retornou 1.210 artigos publicados em revistas de negócios com um fator de impacto SSCI do *Social Science Citation Index* e contendo o respectivo termo em seu título, resumo e/ou palavras-chave.

Posteriormente, os limites das disciplinas de “*Public Administration*” e “*Political Science*” foram ajustados e a busca foi refinada para incluir apenas artigos de acesso aberto e em inglês, objetivou-se artigos internacionais, pois foi entendido, inicialmente, que o cenário internacional poderia obter maior gama de artigos, por ser historicamente mais antigo e ser utilizado com referência para o cenário nacional, reduzindo o quantitativo para 224 artigos. As duplicadas foram removidas e o banco de dados final compreendeu 181 artigos.

Após a leitura dos Resumos dos 181 artigos foi realizado um segundo filtro, excluindo os artigos que tratavam de outros assuntos de redes, que não são objeto da pesquisa, como redes sociais, redes de transporte, redes de comunicação, redes geográficas e redes de software, totalizando 76 artigos excluídos. O banco de dados final usado para esta revisão da literatura compreendeu 105 artigos.

Os critérios utilizados na metodologia da pesquisa passaram pelo processo de revisão por pares, para garantir maior confiabilidade ao trabalho. A **Figura 1**, a seguir, ilustra a estrutura dos critérios de pesquisa sistemática utilizados neste estudo conforme o protocolo SPAR-4-SLR de (Paul *et al.*, 2021).

**Figura 1 – Estrutura dos critérios de pesquisa**

**PROTOCOLO SPAR-4-SLR - Procedimentos Científicos e Fundamentações Racionais para Revisões Sistemáticas da Literatura**

Identificação	
	<b>Âmbito:</b> Tópico “implementation of public policies and network”
Mecanismo de busca	<b>Questões de pesquisa:</b> Quais são as tendências atuais de publicação sobre implementação de políticas públicas e redes, em termos de distribuição temporal, periódicos, autores, países e instituições afiliadas, tipo de estudo e citações? Quais são os artigos mais prestigiados sobre implementação de políticas públicas e redes? Quais temas envolvendo implementação de políticas públicas e redes são os mais populares entre os pesquisadores? Quais são as lacunas existentes na literatura e as áreas para pesquisas futuras?
	<b>Tipos de fontes:</b> Periódicos, Revistas acadêmicas
	<b>Fontes e filtros:</b> Web of Science e Scopus; Filtros: “Public Administration” e “Political Science”; acesso aberto e artigos em inglês

**Achados**

<b>Mecanismo de busca</b>	Web of Science e Scopus
<b>Período da pesquisa:</b>	Aberto
<b>Palavras-chave de busca:</b>	“Public policy implementation” OR “implementation of public policies” OR “policy implementation” OR “implement public policy” AND “networks” OR “cooperation networks” OR “clusters” OR “collaborative networks” OR “collaboration network” OR “networks collaboration” OR “intermunicipal collaboration”
<b>Número total de artigos:</b>	1.210 artigos

**Organização**

**Classificação:** Citação, referência, título, tipo de artigo (conceitual/empírico), ano, número de citações, palavras-chave, país e instituição.

Organizando

**Primeiro refinamento**

**Tipo de artigo excluído:** 1.029 artigos excluídos: duplicados, títulos predatórios (mesmo nome dos títulos originais)

**Artigos restantes** 181 artigos após o refinamento

**Segundo refinamento**

Processo de avaliação

**Tipo de artigo excluído:** 76 artigos excluído: Artigos que trataram de outros tópicos relacionados a redes, que não são o objeto da pesquisa, tais como redes sociais, redes de transporte, redes de comunicação, redes geográficas e redes de software

	<b>Artigos restantes</b>	<b>105 artigos após o refinamento</b>
	<b>Montagem / Organização</b>	
Processo de avaliação	<b>Método de análise:</b>	Revisão baseada em base de dados e bibliométrica: modelagem bibliográfica (análise de co-citação, análise de redes sociais) e modelagem de tópicos (análise de cluster e análise de coocorrência de palavras-chave).
	<b>Método de proposição da pesquisa:</b>	Apresentar o estado atual das pesquisas sobre a implementação de políticas públicas e redes, realizadas principalmente nas áreas de administração pública, e sugerir direções para pesquisas futuras.
	<b>Apresentação dos resultados</b>	
	<b>Apresentação de resultados:</b>	Combinação de discussões e resumos (em elementos visuais)

---

**Fonte:** Autores, (2025).

O pacote usado para a análise é o Bibliometrix disponível para linguagem R e utilizado para análise de mapeamento científico. Segundo Aria e Cuccurullo (2017) o bibliometrix é uma ferramenta de código aberto para pesquisa quantitativa em ciéncia e bibliometria, incluindo os principais métodos bibliométricos de análise.

## 4. Análise e Resultados

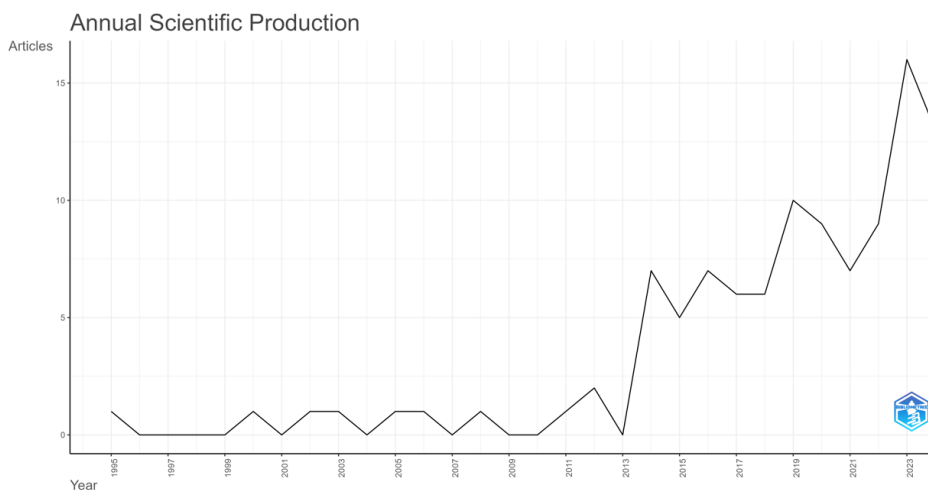
### 4.1 Publicações por ano, por país, por periódico, por instituição e autor

Para identificar quais são as tendências de publicação em implementação de políticas públicas e redes em termos de tempo, periódicos, autores, países e instituições afiliadas, tipo de estudo e citações, foi analisado a tendência de publicação em implementação de políticas públicas e redes usando o total de publicações anuais, país, periódico, autor e instituição.

O número de publicações sobre Implementação de Políticas Públicas e Redes nas bases de dados é apresentado na **Figura 2**. Conforme a **Figura 2**, as pesquisas se iniciaram em 1995, com o importante trabalho de O'Toole, *Rational Choose and Policy Implementation; Implications for Interorganizational Network Management*, que trouxe as diferentes abordagens no processo de implementação de políticas públicas.

É possível verificar um aumento considerado nas publicações sobre o tema nos anos de 2013 e 2014, com trabalhos que focam na dinâmica interna de parcerias locais, oferecendo insights sobre as interações entre atores nessas redes de governança (Muñoz Gielen, 2014; Lecy, Mergel & Schmitz, 2014). Em 2021 e 2022, também, houve ascensão nas publicações, principalmente com trabalhos na área de sustentabilidade e inovação na administração pública (Lerman, Benitez, Gerstlberger, Rodrigues & Frank, 2021; Fuertes, McQuaid & Heidenreich, 2021).

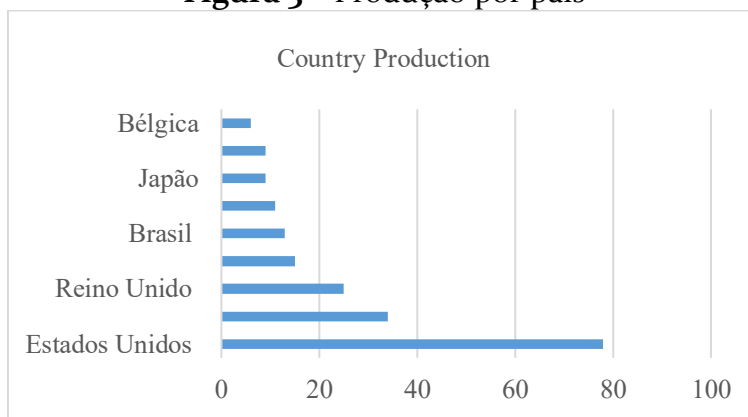
### **Figura 2 – Produção Científica Anual**



Fonte: autores, (2025).

A Figura 3 lista os principais países responsáveis pelas publicações sobre a temática, sendo os cinco primeiros os Estados Unidos, China, Reino Unido, e Canadá. Destaque para o Brasil que ocupa a quinta posição, com pesquisadores também bem atuante no tema.

Figura 3 – Produção por país



Fonte: autores, (2025).

Os 105 artigos selecionados foram publicados em 84 periódicos e os três periódicos mais representativos, conforme a Tabela 1, foram: Health policy and planning, com 6 artigos (5,7%) e fator de impacto 3.4, seguido pelo International journal of public administration e Journal of public administration research and theory, ambos com 4 artigos (3,8%), com fator de impacto 2.0 e 5.2, respectivamente.

Tabela 1 – Periódicos em que mais artigos foram publicados

Periódicos	Artigos	%	Fator de Impacto (2022)
Health policy and planning	6	5,7%	3.4
International journal of public administration	4	3,8%	2.0

Journal of public administration research and theory	4	3,8%	5.2
Public management review	3	2,8%	3.9
American review of public administration	3	2,8%	2.5
Climate policy	3	2,8%	5.3
Development policy review	2	1,9%	2.0
Environmental policy and governance	2	1,9%	3.3
Policy studies journal	2	1,9%	2.2
Outras fontes	75	< 1%	

---

Fonte: autores, (2025).

Conforme o conjunto de dados, 317 autores de 238 instituições publicaram artigos sobre o tema Implementação de políticas públicas e Redes. A **Tabela 2** abaixo apresenta os autores que mais publicaram artigos sobre Implementação de políticas públicas e Redes, com destaque Laurence J. O'Toole, que foi pioneiro no tema e segue com 3 artigos na análise, o que pouco em um tema que tem grande relevância para o processo de implementação de políticas.

**Tabela 2 – Autores com mais artigos publicados**

<b>Autores</b>	<b>Artigos</b>
O'Toole L	3
Alves M	2
Alves R C P	2

Chen Z	2
Correia A	2
Dollery B	2
Fang L	2
Marques R	2
Mendes J	2
Raufflet E	2

---

**Fonte:** autores, (2025).

#### 4.2 *Análise de rede de citação*

Para identificar os artigos mais influentes sobre a temática de redes e implementação de políticas públicas e responder ao questionamento, foram analisadas as redes de citação de 105 artigos. De acordo com Ding, Yan, Frazho e Caverlee (2009) o número de citações é um indicador utilizado na bibliometria para medir o impacto das publicações científicas. Essa análise nos possibilita identificar os artigos mais citados e perceber como as discussões em um campo científico se manifestam (Klavans & Boyack, 2017).

**Tabela 3** – Principais publicações de pesquisa por número de citações globais.

Artigos	DOI	Citações Globais
Meier KJ & O'Toole, 2003, Public Adm Rev	10.1111/1540-6210.00332	298
Koontz TM, 2014, Policy Stud J	10.1111/psj.12067	201
Lecy JD, 2014, Public Manage Rev	10.1080/14719037.2012.743577	134
Rodríguez I, 2014, Ann Tour Res	10.1016/j.annals.2014.08.004	129

Hall Te, 2000, Adm Soc	10.1177/00953990022019281	122
Kapucu N, 2016, Amer Ver Public Adm	10.1177/0275074014555645	110
Da Costa O, 2008, TechnoL Anal Strateg Manage	10.1080/09537320802000146	96
Bodin O, 2017, Policy Stud J	10.1111/psj.12146	91
Siciliano MD, 2017, Public Adm Ver	10.1111/puar.12797	53
O'Toole LJ, 1995, Am Rev Public Adm	10.1177/027507409502500103	52

---

Fonte: autores, (2025).

Citações globais referem-se ao número de vezes que outros trabalhos citam um artigo na base de dados, juntamente com trabalhos em outras áreas de pesquisa e disciplinas. As citações locais, que revelam a popularidade de um artigo dentro da rede dos 105 artigos, não foram significativas. Conforme as citações globais, Meier e O'Toole (2003) foi o trabalho mais citado, com 298 citações, cuja principal contribuição foi a análise da atuação dos gestores públicos que operam em redes e o impacto dessas redes na implementação de políticas públicas, com foco na área da educação

O segundo artigo mais citado, com 201 citações, foi o trabalho de Koontz e Newig (2014), com 201 citações e trata das abordagens colaborativas no enfrentamento problemas ambientais. O terceiro artigo mais citado foi o trabalho de Lecy, Mergel e Schmitz (2014) que apresenta uma revisão estruturada da literatura sobre a evolução da pesquisa em redes na administração pública ao longo das últimas duas décadas.

#### 4.3 Análise de palavras-chave e co-ocorrência

Analisando os artigos, relacionou-se as palavras-chave que apareciam com maior frequência, criando nuvens de palavras conforme a proporcionalidade com que elas eram mais citadas nas publicações. As palavras-chave de um autor representem adequadamente o conteúdo ou a relação que o artigo estabelece entre os problemas investigados (Comerio & Strozzi, 2019).

A **Figura 4** apresenta os termos que apresentam maior frequência nos resumos, ou seja, os mais utilizados, conjuntamente com a quantidade de citação: *policy implementation* (14), *governance* (7), *implementation* (7), *networks* (7), *policy* (7), *collaboration* (6), *policy networks* (6). É possível verificar que o tamanho da fonte de cada termo é diretamente proporcional à sua respectiva frequência nos resumos analisados.



#### 4.4 Análise do conteúdo e categorização temática das publicações

Visando verificar como Redes têm sido estudadas como instrumento de potencialização dos processos de implementação de políticas públicas, foi realizada uma análise de conteúdo, conforme a **Tabela 4**, resumindo o conteúdo em categorias e subcategorias. Adotou-se a análise de conteúdo, conforme a abordagem clássica proposta por Bardin (2011), com o objetivo de sistematizar, categorizar e interpretar os conteúdos temáticos presentes nos artigos selecionados.

**Tabela 4** – Categorias e subcategorias resumindo a revisão sistemática

<b>Categorias / Subcategorias</b>	<b>Referências</b>
<b>1. Conceito de Redes no processo de Implementação de Políticas Públicas</b>	
1.1 As redes de implementações de políticas públicas consistem em uma mistura de vínculos administrativos entre uma série de unidades organizacionais públicas, privadas ou sem fins lucrativos que cooperam na prestação de serviços públicos.	Blair (2022), Strom & Hermelin (2023).
1.2 As redes de implementação são uma forma eficaz de lidar com a complexidade e fragmentação que caracterizam o setor público. A implementação de políticas geralmente requer coordenação entre diferentes níveis de governo, setores e agências, e as redes fornecem uma estrutura para essa coordenação.	O'Toole (1995), Borg & Paloniemi (2012), Sevik & Ciceklioglu (2024).
1.3 As Redes interorganizacionais do setor público e privado promoveram colaborações para a implementação, estas potencialmente facilitam a implementação a nível comunitário.	Phulkerd et al., (2017), Biosca & Galaso (2020).
1.4 A formação de redes entre múltiplas organizações tem a finalidade de resolver problemas que não podem ser resolvidos por organizações individuais, sejam elas organizações governamentais, da sociedade civil ou do setor privado, tornando-se um mecanismo eficaz na implementação de políticas	Polman (2020), Tresiana & Duadji (2023), Rodríguez, Williams & Hall (2014).
1.5 As redes como mecanismo de implementação de políticas públicas emergem como uma alternativa estratégica às abordagens hierárquicas tradicionais, especialmente em contextos que exigem a colaboração entre múltiplos atores e setores, ampliando a capacidade do governo de lidar com problemas complexos e interconectados.	Hall & O'Toole (2000), Tomokawa et al., (2018), Patterson, Clark & Rogers (2024).
<b>2. Governança em redes</b>	
2.1 A redes na Administração Pública são uma forma de governança compartilhada – também podendo ser chamada de governança colaborativa – em que diferentes atores interagem de forma cooperativa com o objetivo	Fang et al., (2024), Ekane et al., (2019), Teter (2020), Siciliano et al., (2017)

---

de oferecer soluções concretas para problemas complexos.

2.2 As redes podem ser consideradas como um tipo específico de governança que envolve um conjunto informal e autorregulado de atores públicos e privados que, juntos, abordam diversos problemas políticos e sociais, alterando substancialmente o cenário institucional relacionado à implementação de políticas públicas.

Larsson (2017), Manit, Kolpakov & Eubank (2019), Mandel & Pató (2024).

2.3 A governança em redes pode ser definida como as interações horizontais através das quais vários atores, públicos e privados, em diferentes esferas de governo, coordenam suas interdependências em ordem de implementar políticas públicas e entregar serviços públicos.

Johnston (2014), Lucidarme, Babiak & Willem (2018), Mayamba (2012).

2.4 As redes de governança são ferramentas poderosas que potencializam a cooperação entre diferentes setores e atores, oferecendo soluções mais eficazes, possibilitando a combinação de recursos diversos (financeiros, técnicos, humanos e políticos).

Silvestre et al., (2024), Bodin, Sandstrom & Crona (2017), Kapucu & Hu (2016).

---

### 3. Redes específicas de políticas públicas

---

3.1 As redes ganham destaque pela importância das questões de políticas públicas para a mudança social. Os resultados sugerem que os setores governamentais e privados devem trabalhar em colaboração para desenvolver políticas públicas, principalmente as políticas ligadas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

Hustad (2023), Diemel & Cuvelier (2015), Schrama (2018)

3.2 As redes de políticas é uma maneira de explorar as conexões entre adaptação e mitigação, bem como as oportunidades ou barreiras para uma integração eficaz entre esses dois subdomínios de políticas. Redes de políticas têm se tornado um tópico importante na governança ambiental e são exploradas nas políticas de mudança climática.

Locatelli et al., (2020), Zhou et al., (2022), Muñoz-Gielen (2014), Tsumita (2023).

---

### 4. Redes como estratégia de gestão

---

4.1 As redes como estratégia de gestão oferecem uma abordagem colaborativa para lidar com a crescente complexidade do processo de implementação de políticas públicas. As redes de dão acesso a recursos escassos, gerenciamento de processos de inovação complexos e aprimoramento das capacidades.

Xu et al., (2022), Silva et al., (2022)

- 4.2 Redes de gestão na implementação de políticas públicas substituem ou complementam as tradicionais estruturas hierárquicas, promovendo interconexão entre setores e instituições, coordenação de esforços e recursos, inclusão de diferentes perspectivas e conhecimentos.
- 4.3 As redes impactam a gestão de políticas públicas, destacando a interação entre estrutura (rede) e ação (gestão). Pesquisa apontam que redes bem gerenciadas podem melhorar os resultados das políticas, mas exigem atenção contínua à coordenação e à governança.
- Clark & Jablonski (2022), Leite, Spatti & Campos (2017), Maguire et al., (2016), Lecy et al., (2014)
- Meier & O'Toole (1995), O. Da Costa et al., (2008)

---

## 5. Entes subnacionais nas redes de implementação

- 5.1 Para que os governos nacionais cumpram suas obrigações internacionais, eles precisarão envolver e coordenar as ações de atores locais e regionais. Os municípios devem criar condições contextuais para que as redes cumpram com o objetivo de apoiar a política nacional.
- 5.2 As autoridades locais desempenham um papel crucial nesse processo, atuando como pontos focais para esforços cooperativos. Essas redes locais conectam recursos e atores do território, garantindo que as ações reflitam as necessidades reais das comunidades.
- Lerman et al., (2021), De Oliveira, Raufflet & Alves (2022),
- Turgel, Derbeneva, Baskakova (2023), Alwi & Kasmad (2018), Toke & Nielsen (2015)

---

## 6. Cooperação transfronteiriça

- 6.1 As redes de políticas permitem que os atores "joguem na fronteira" de nacional/internacional, público/privado, formal/informal, mercado/burocracia, estado/não estado, legal/ilegal na formação de práticas políticas. A iniciativas e parcerias entre diferentes países ou regiões localizadas em fronteiras geográficas compartilhadas visam enfrentar desafios comuns e promover o desenvolvimento integrado.
- Ngoasong (2011), Hao et al., (2023), Barbi & Ferreira (2017),

---

**Fonte:** Autores, (2025).

Os achados desta pesquisa dialogam diretamente com a literatura consolidada sobre governança em redes, ao evidenciar que a centralidade de termos como *policy implementation*, *governance* e *networks* reflete uma convergência teórica em torno da compreensão da implementação como um processo relacional e interdependente. Tal convergência corrobora os argumentos clássicos de O'Toole (1995) e de Meier e O'Toole (2003), que destacam que a implementação de políticas públicas ocorre, predominantemente, em contextos organizacionais fragmentados, nos quais múltiplos atores precisam coordenar ações e compartilhar recursos.

A identificação de clusters que articulam implementação, análise de redes e governança reforça a ideia de que a literatura tem avançado no sentido de integrar abordagens analíticas, combinando contribuições da análise de redes sociais com perspectivas da administração pública e da ciência política, conforme os trabalhos de Gontijo, 2012; Jaccoud & Vieira, 2020; Bichir, 2020. Ademais, a predominância de estudos voltados para governança colaborativa e redes interorganizacionais indica uma consolidação do paradigma da Nova Governança Pública, no qual a atuação estatal se dá de forma descentralizada e baseada em interações horizontais.

## 5. Considerações Finais

Evidenciou-se a expansão e diversificação da produção científica sobre redes e implementação de políticas públicas ao longo das últimas décadas. Os resultados indicam o crescimento expressivo das publicações a partir de 2013, especialmente nas áreas de sustentabilidade, inovação e governança colaborativa. Esse avanço reflete o reconhecimento das redes como arranjos estratégicos de coordenação entre múltiplos atores e níveis de governo, capazes de responder à complexidade crescente dos problemas públicos. A análise temática revelou sete eixos centrais de pesquisa: conceito de redes, governança em redes, redes específicas de políticas públicas, redes como estratégia de gestão, atuação dos atores, entes subnacionais e cooperação transfronteiriça, que traduzem a diversidade e a maturidade do campo.

Constatou-se que as redes de cooperação se configuram como mecanismos de governança pública capazes de promover integração, aprendizagem e inovação, contribuindo para o alcance dos objetivos das políticas públicas. A literatura aponta que o desempenho dessas redes depende de fatores como coordenação efetiva, confiança interorganizacional e liderança colaborativa, que fortalecem a capacidade estatal e aprimoram a qualidade da implementação.

Do ponto de vista teórico, esta pesquisa contribui ao consolidar um panorama integrado das investigações sobre redes e implementação de políticas públicas, destacando convergências conceituais e lacunas ainda pouco exploradas. Do ponto de vista prático, oferece subsídios para gestores públicos e formuladores de políticas que buscam compreender como os arranjos em rede podem potencializar resultados, especialmente em contextos marcados por interdependência institucional e escassez de recursos.

Por fim, reconhece-se como limitação a inclusão apenas de artigos em língua inglesa e de acesso aberto, o que pode restringir o alcance da análise. Como agenda futura, recomenda-se o aprofundamento de estudos empíricos sobre o desempenho de redes em contextos locais e latino-americanos, bem como identificar quais fatores são fundamentais no bom funcionamento das redes no processo de implementação de Políticas Públicas. Dessa forma, as redes de cooperação se afirmam como instrumentos indispensáveis à efetividade das políticas públicas contemporâneas, consolidando-se como um eixo fundamental da governança colaborativa e da inovação na administração pública.

## Referências

AGRANOFF, R.; McGUIRE, M. Big questions in public network management research. **Journal of Public Administration Research and Theory**. 2001. DOI: <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.jparr.a003504>.

AGRANOFF, R. **Managing within networks: adding value to public organizations**. Washington, DC: Georgetown University Press, 2007.

ALWI; KASMAD, Rulinawaty. Local collaborative network: is it smart implementer of the cocoa business development policy in Indonesia? **International Journal of Public Policy**, v. 14, n. 5-6, p. 374-390, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1504/IJPP.2018.10017926>.

ANSELL, C.; GASH, A. Collaborative governance in theory and practice. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 18, n. 4, p. 543-571, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1093/jopart/mum032>.

ANSELL, C. Community embeddedness and collaborative governance in the San Francisco Bay Area environmental movement. In: DIANI, M.; McADAM, D. (org.). **Social movements and networks: relational approaches to collective action**. Oxford: Oxford University Press, 2003. p. 123-144. DOI: <https://doi.org/10.1093/0199251789.003.0006>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAKER, H. K.; PANDEY, N.; KUMAR, S.; HALDAR, A. A bibliometric analysis of board diversity: current status, development, and future research directions. **Journal of Business Research**, v. 108, p. 232-246, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.11.025>.

BARBI, F.; FERREIRA, L. da C. Governing climate change risks: subnational climate policies in Brazil. **Chinese Political Science Review**, v. 2, n. 2, p. 237-252, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1007/s41111-017-0061-3>.

BICHIR, R. Agendas de reformas e descentralização de políticas: um balanço das trajetórias da saúde e da assistência social. In: CAVALCANTE, P. L. C.; SILVA, M. S. (org.). **Reformas do Estado no Brasil: trajetórias, inovações e desafios**. Brasília; Rio de Janeiro: CEPAL; IPEA, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10927>. Acesso em: 27 maio 2026.

BIOSCA, O.; GALASO, P. What makes a key player in interorganizational social policy networks? The case of Uruguay. **International Journal of Public Administration**, v. 43, n. 13, p. 1156-1168, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/01900692.2019.1666407>.

BLAIR, R. Policy tools theory and implementation networks: understanding state enterprise zone partnerships. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 12, n. 2, p. 161-190, 2002. Disponível em: <http://jpart.oxfordjournals.org/>. Acesso em: 27 maio 2026.

BODIN, Ö.; SANDSTRÖM, A.; CRONA, B. Collaborative networks for effective ecosystem-based management: a set of working hypotheses. **Policy Studies Journal**, v. 45, n. 2, p. 289-314, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1111/psj.12146>.

BORG, R.; PALONIEMI, R. Deliberation in cooperative networks for forest conservation. **Journal of Integrative Environmental Sciences**, v. 9, n. 3, p. 151-166, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1080/1943815X.2012.709869>.

BÖRZEL, T. A. Governance with/out government: false promises or flawed premises? **SFB-Governance Working Paper Series**, ed. 23, 2010. DOI: <https://doi.org/10.17169/refubium-21699>.

CAPANO, G. Policy design and state capacity in the COVID-19 emergency in Italy: if you are not prepared for the (un)expected, you can be only what you already are. **Policy and Society**, v. 39, n. 3, p. 326-344, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/14494035.2020.1783790>.

CLARK, J. K.; JABLONSKI, B. B. Managing across boundaries for coordinated local and regional food system policy. **Food Policy**, v. 112, p. 102312, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2022.102312>.

COCK, J. C. A.; NASCIMENTO, D.; NASCIMENTO, A. M.; COSTA, P. A.; BONAMINO, A. Pesquisas sobre implementação de políticas educacionais no Brasil: um estado do conhecimento. **Educação em Revista**, v. 38, e26769, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-4698368526769>.

COMERIO, N.; STROZZI, F. Tourism and its economic impact: a literature review using bibliometric tools. **Tourism Economics**, v. 25, n. 1, p. 109-131, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/1354816618793762>.

DE OLIVEIRA, L. C. P.; RAUFFLET, E.; ALVES, M. A. Urban agriculture in São Paulo: an analysis from the sociology of public action. **Food Security**, v. 14, n. 6, p. 1537-1552, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12571-022-01304-w>.

DELEON, P. The missing link revisited: contemporary implementation research. **Review of Policy Research**, v. 16, n. 3-4, p. 311-338, 1999. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1541-1338.1999.tb00887.x>.

DELEON, P.; DELEON, L. What ever happened to policy implementation? An alternative approach. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 12, n. 4, p. 467-492, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.jpart.a003544>.

DIEMEL, J. A.; CUVELIER, J. Explaining the uneven distribution of conflict-mineral policy implementation in the Democratic Republic of the Congo: the role of the Katanga policy network (2009-2011). **Resources Policy**, v. 46, p. 151-160, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.resourpol.2015.09.006>.

DING, Y.; YAN, E.; FRAZHO, A.; CAVERLEE, J. PageRank for ranking authors in co-citation networks. **Journal of the American Society for Information Science and Technology**, v. 60, n. 11, p. 2229-2243, 2009. DOI: <https://doi.org/10.1002/asi.21171>.

EKANE, N.; KJELLÉN, M.; WESTLUND, H.; NTAKARUTIMANA, A.; MWESIGE, D. Linking sanitation policy to service delivery in Rwanda and Uganda: from words to action. **Development Policy Review**, v. 38, n. 3, p. 344-365, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1111/dpr.12428>.

FANG, L.; WEN, Y.; ZHANG, J.; ERLEBACHER, G.; STALEY, S. Network power or power-penetrated network? An analysis of the communication network in an economic development project. **Journal of the American Planning Association**, v. 90, n. 3, p. 494-509, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/01944363.2023.2267534>.

FARIA, C. A. P. de. Implementação: ainda o “elo perdido” da análise de políticas públicas no Brasil? **Revista Debates**, v. 6, n. 2, p. 13-36, 2012. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.31143>.

FUERTES, V.; McQUAID, R. W.; HEIDENREICH, M. Institutional logics of service provision: the national and urban governance of activation policies in three European countries. **Journal of European Social Policy**, v. 31, n. 1, p. 92-107, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/0958928720974178>.

GOMIDE, A. de Á.; PEREIRA, A. K. State capacities for infrastructure policies in contemporary Brazil. **Revista de Administração Pública**, v. 52, n. 5, p. 935-955, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/0034-761220170006>.

GONTIJO, J. G. L. Coordenação, cooperação e políticas públicas: organizando percepções e conceitos sobre um tema caro à implementação. In: FARIA, A. P. de (org.). **Implementação de políticas públicas: teoria e prática**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012.

HALL, T. E.; O'TOOLE, L. J. Structures for policy implementation: an analysis of national legislation, 1965-1966 and 1993-1994. **Administration & Society**, v. 31, n. 6, p. 667-686, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1177/00953990022019281>.

HAO, Y.; WU, M.; ZHANG, X.; WANG, L.; HE, J. Research on the implementation of the convention on biological diversity among the Shanghai Cooperation Organisation countries. **Regional Sustainability**, v. 4, n. 3, p. 322-331, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.regsus.2023.08.005>.

HILL, M.; HUPE, P. L. **Implementing public policy**. 2. ed. Los Angeles; London; New Delhi; Singapore; Washington: Sage, 2009.

HOWLETT, M. **Designing public policies: principles and instruments**. Abingdon: Routledge, 2011.

HOWLETT, M.; RAMESH, M.; PERL, A. **Política pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integradora**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

HUSTAD, O. From global goal to local development policy: how partnerships as a policy idea changes through policy translation. **Development Policy Review**, v. 41, n. 2, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1111/dpr.12659>.

ISSETT, K. R.; PROVAN, K. G. The evolution of dyadic interorganizational relationships in a network of publicly funded nonprofit agencies. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 15, n. 1, p. 149-165, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1093/jopart/mu1008>.

JACCOUD, L. de B.; VIEIRA, F. S. **Autonomia, integralidade e desafios de coordenação no SUS**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10224>. Acesso em: 27 maio 2026.

JOHNSTON, K. Public governance: the government of non-state actors in “partnerships”. **Public Money & Management**, v. 35, n. 1, p. 15-22, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1080/09540962.2015.986860>.

KAPUCU, N.; HU, Q. Understanding multiplexity of collaborative emergency management networks. **The American Review of Public Administration**, v. 46, n. 4, p. 399-417, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1177/0275074014555645>.

KAPUCU, N.; HU, Q.; KHOSA, S. The state of network research in public administration. **Administration & Society**, v. 49, n. 8, p. 1087-1120, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/0095399714555752>.

KLAVANS, R.; BOYACK, K. W. Which type of citation analysis generates the most accurate taxonomy of scientific and technical knowledge? **Journal of the Association for Information Science and Technology**, v. 68, n. 4, p. 984-998, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1002/asi.23734>.

KLIJN, E.-H. Governance and governance networks in Europe. **Public Management Review**, v. 10, n. 4, p. 505-525, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1080/14719030802263954>.

KLIJN, E.-H.; KOPPENJAN, J.; TERMEER, K. Managing networks in the public sector: a theoretical study of management strategies. **Public Administration**, v. 73, n. 3, p. 437-454, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.1995.tb00837.x>.

KLIJN, E.-H.; KOPPENJAN, J. F. M. **Governance networks in the public sector**. Abingdon: Routledge, 2016. DOI: <https://doi.org/10.4324/9781315887098>.

KOONTZ, T. M.; NEWIG, J. From planning to implementation: top-down and bottom-up approaches for collaborative watershed management. **Policy Studies Journal**, v. 42, n. 3, p. 416-442, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1111/psj.12067>.

LARSSON, O. A theoretical framework for analyzing institutionalized domination in network governance arrangements. **Critical Policy Studies**, v. 13, n. 1, p. 81-100, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1080/19460171.2017.1393440>.

LASSWELL, H. The policy orientation. In: LERNER, D.; LASSWELL, H. (ed.). **The policy sciences**. Stanford: Stanford University Press, 1951.

LECY, J. D.; MERGEL, I. A.; SCHMITZ, H. P. Networks in public administration: current scholarship in review. **Public Management Review**, v. 16, n. 5, p. 643-665, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/14719037.2012.743577>.

LEITE, J. P. D. A.; SPATTI, A. C.; CAMPOS, M. L. de. Redes de políticas nas regiões metropolitanas: o caso do sistema de saúde brasileiro. **Physis**, v. 27, n. 4, p. 1039-1064, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312017000400010>.

LERMAN, L. V.; BENITEZ, G. B.; GERSTLBERGER, W.; RODRIGUES, V. P.; FRANK, A. G. Sustainable conditions for the development of renewable energy systems: a triple bottom line perspective. **Sustainable Cities and Society**, v. 75, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.scs.2021.103362>.

LERMAN, L. V.; GERSTLBERGER, W.; LIMA, M. F.; FRANK, A. G. How governments, universities, and companies contribute to renewable energy development? A municipal innovation policy perspective of the triple helix. **Energy Research & Social Science**, v. 71, p. 101854, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.erss.2020.101854>.

LIPSKY, M. **Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public service**. New York: Russell Sage Foundation, 2010.

LOCATELLI, B.; PRAMOVA, E.; DI GREGORIO, M.; BROCKHAUS, M.; CHÁVEZ, D. A.; TUBBEH, R.; SOTÉS, J.; PERLA, J. Climate change policy networks: connecting adaptation and mitigation in multiplex networks in Peru. **Climate Policy**, v. 20, n. 3, p. 354-372, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/14693062.2020.1730153>.

LOTTA, G. S. A política pública como ela é: contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In: LOTTA, G. (org.). **Teorias e análises sobre a implementação de políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2019.

LOTTA, G. S.; NUNES, A. C.; CAVALCANTI, S.; FERREIRA, D. D.; BONAT, J. Por uma agenda brasileira de estudos sobre implementação de políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, v. 69, n. 4, p. 779-810, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21874/rsp.v69i4.2917>.

LUCIDARME, S.; BABIAK, K.; WILLEM, A. Governmental power in elite sport networks: a resource-dependency perspective. **European Sport Management Quarterly**, v. 18, n. 3, p. 348-372, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1080/16184742.2017.1405998>.

MAGUIRE, E. M.; BOKHOUR, B. G.; WAGNER, T. H.; ASCH, S. M.; GIFFORD, A. L.; GALLAGHER, T. H.; DURFEE, J. M.; MARTINELLO, R. A.; ELWY, A. R. Evaluating the implementation of a national disclosure policy for large-scale adverse events in an integrated health care system: identification of gaps and successes. **BMC Health Services Research**, v. 16, n. 1, p. 1-10, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12913-016-1903-7>.

MANDEL, T.; PATÓ, Z. Towards effective implementation of the energy efficiency first principle: a theory-based classification and analysis of policy instruments. **Energy Research & Social Science**, v. 115, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.erss.2024.103613>.

MANIT, J.; KOLPAKOV, A.; EUBANK, W. Analyzing social policy from a network perspective. **Advances in Social Work**, v. 19, n. 1, p. 22-38, 2019. DOI: <https://doi.org/10.18060/22631>.

MAYAMBA, T. N. Mapping police services in the Democratic Republic of Congo. **IDS Bulletin**, v. 43, n. 4, p. 35-48, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1759-5436.2012.00333.x>.

MEIER, K. J.; O'TOOLE, L. J. Public management and educational performance: the impact of managerial networking. **Public Administration Review**, v. 63, n. 6, p. 689-699, 2003. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/3542464>. Acesso em: 27 maio 2026.

MELO, M. A. Estado, governo e políticas públicas. In: MICELI, S. (org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo: Sumaré, 1999. v. 3, p. 59-100.

MOTA, L. F.; BITTENCOURT, B. Governança pública em rede: contributos para sua compreensão e análise (em Portugal e no Brasil). **Tempo Social**, v. 31, n. 2, p. 199-219, 2019. DOI: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.147567>.

MUÑOZ-GIELEN, D. Urban governance, property rights, land readjustment and public value capturing. **European Urban and Regional Studies**, v. 21, n. 1, p. 60-78, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1177/0969776412440543>.

NGOASONG, M. Z. Transcalar networks for policy transfer and implementation: the case of global health policies for malaria and HIV/AIDS in Cameroon. **Health Policy and Planning**, v. 26, n. 1, p. 63-72, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1093/heapol/czq018>.

NUNES, A. C. A. S.; LOTTA, G. S.; BEZERRA, J. M.; ALMENDRA, L. A. G. Avanços na agenda nacional de pesquisa em implementação de políticas públicas. **Journal of Public Policy and Government**, v. 1, n. 1, p. 22-44, 2025. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/jppg/article/view/93530>. Acesso em: 27 maio 2026.

O. DA COSTA, O.; WARNKE, P.; CAGNIN, C.; SCAPOLO, F. The impact of foresight on policy-making: insights from the FORLEARN mutual learning process. **Technology Analysis & Strategic Management**, v. 20, n. 3, p. 369-387, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1080/09537320802000146>.

O'TOOLE, L. J. Rational choice and policy implementation: implications for interorganizational network management. **The American Review of Public Administration**, v. 25, n. 1, p. 43-57, 1995. DOI: <https://doi.org/10.1177/027507409502500103>.

O'TOOLE, L. J. Treating networks seriously: practical and research-based agendas in public administration. **Public Administration Review**, v. 57, n. 1, p. 45-52, 1997. DOI: <https://doi.org/10.2307/976691>.

O'TOOLE JR., L. J. Networks and networking: the public administrative agendas. **Public Administration Review**, v. 75, p. 361-371, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1111/puar.12281>.

O'TOOLE JR., L. J.; MEIER, K. J. Public management in intergovernmental networks: matching structural networks and managerial networking. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 14, n. 4, p. 469-494, 2004.

PATTERSON, A. S.; CLARK, M. A.; ROGERS, A. V. Network power and mental health policy in post-war Liberia. **Health Policy and Planning**, v. 39, n. 5, p. 486-498, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1093/heapol/czae020>.

PAUL, J.; CRIADO, A. R. The art of writing literature review: what do we know and what do we need to know? **International Business Review**, v. 29, n. 4, p. 1017-1020, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.ibusrev.2020.101717>.

PAUL, J.; LIM, W. M.; O'CASS, A.; HAO, A. W.; BRESCIANI, S. Scientific procedures and rationales for systematic literature reviews (SPAR-4-SLR). **International Journal of Consumer Studies**, v. 45, n. 4, p. 01-016, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1111/ijcs.12695>.

PETERS, B. G. **Pursuing horizontal management: the politics of public sector coordination**. Lawrence: University Press of Kansas, 2015.

PHULKERD, S.; SACKS, G.; VANDEVIJVERE, S.; WORSLEY, A.; LAWRENCE, M. Barriers and potential facilitators to the implementation of government policies on front-of-pack food labeling and restriction of unhealthy food advertising in Thailand. **Food Policy**, v. 71, p. 101-110, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2017.07.014>.

POLMAN, D. Participation of implementing agencies in European administrative networks. **Journal of Common Market Studies**, v. 58, n. 4, p. 818-835, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1111/jcms.12990>.

PROVAN, K. G.; KENIS, P. Modes of network governance: structure, management, and effectiveness. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 18, n. 2, p. 229-252, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1093/jopart/mum015>.

RODRÍGUEZ, I.; WILLIAMS, A. M.; HALL, C. M. Tourism innovation policy: implementation and outcomes. **Annals of Tourism Research**, v. 49, p. 76-93, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.annals.2014.08.004>.

SAETREN, H. Implementing the third-generation research paradigm in policy implementation research: an empirical assessment. **Public Policy and Administration**, v. 29, n. 2, p. 84-105, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1177/0952076713513487>.

SAGER, F.; GOFEN, A. The polity of implementation: organizational and institutional arrangements in policy implementation. **Governance**, v. 35, n. 2, p. 347-364, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1111/gove.12677>.

SARAIVA, E. Introdução à teoria política pública. In: SARAIVA, E.; FERNANDES, E. (org.). **Políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2006. v. 1.

SCHRAMA, R. Swift, brokered and broad-based information exchange: how network structure facilitates stakeholders monitoring EU policy implementation. **Journal of Public Policy**, v. 39, n. 4, p. 565-585, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0143814X1800017X>.

SEVIK, I.; CICEKLIOGLU, M. Healthcare access worsened for women in precarious housing during the COVID-19 pandemic: a qualitative study. **Inquiry**, v. 61, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1177/00469580241246478>.

SICILIANO, M. D.; MOOLENAAR, N. M.; DALY, A. J.; LIOU, Y. H. A cognitive perspective on policy implementation: reform beliefs, sensemaking, and social networks. **Public Administration Review**, v. 77, n. 6, p. 889-901, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1111/puar.12797>.

SILVA, É. L. A.; RIBEIRO, R. B.; MELLO, A. da S.; MARTINS DOMINGOS, B. S. Reflexões acerca da COVID-19 e a organização das/os catadoras/es de materiais recicláveis organizados em rede: o caso da rede sul sudoeste MG. **HOLOS**, v. 2, p. 1-25, 2022. DOI: <https://doi.org/10.15628/holos.2022.11502>.

SILVESTRE, H. C.; MARQUES, R. C.; DOLLERY, B.; CORREIA, A. M. An institutional and transaction cost analysis for the efficiency of water service in Brazilian local government consortia. **Local Government Studies**, v. 50, n. 3, p. 475-497, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1080/03003930.2023.2234302>.

SØRENSEN, E.; TORFING, J. Introduction governance network research: towards a second generation. In: **Theories of democratic network governance**. London: Palgrave Macmillan, 2007. p. 1-21. DOI: <https://doi.org/10.1057/9780230625006>.

SØRENSEN, E.; TORFING, J. The democratizing impact of governance networks: from pluralization, via democratic anchorage, to interactive political leadership. **Public Administration**, v. 96, n. 2, p. 302-317, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1111/padm.12398>.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, v. 8, n. 16, p. 20-45, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>.

STRÖM, P.; HERMELIN, B. An economic geography approach to the implementation of circular economy: comparing three examples of industry-specific networks in West Sweden. **Journal of Science and Technology Policy Management**, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1108/JSTPM-04-2023-0058>.

SUBIRATS, J. **Analisis de políticas públicas y eficacia de la administración**. Madrid: Ministerio para las Administraciones Públicas, 1994.

TETER, W. Fostering problem driven collaboration in a development context: the ASEAN study of health workforce governance. **Asia Pacific Journal of Public Administration**, v. 42, n. 2, p. 89-110, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1080/23276665.2020.1753222>.

TOKE, D.; NIELSEN, H. Policy consultation and political styles: renewable energy consultations in the UK and Denmark. **British Politics**, v. 10, n. 4, p. 454-474, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1057/bp.2015.38>.

TRESIANA, N.; DUADJI, N. Can the policy environment improve the policy implementation practice? **Public Administration Issues**, n. 5, p. 69-90, 2023. DOI: <https://doi.org/10.17323/1999-5431-2023-0-5-69-90>.

TSUMITA, N.; KIKUCHI, H.; VICHENSAN, V.; FILLONE, A.; TUAN, V. A.; LINH, H. T.; PAWAR, D. S.; FUKUDA, A. Urban railway network expansion on transit-oriented development: improvement in accessibility in four Asian developing cities. **Asian Transport Studies**, v. 9, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.eastsj.2023.100097>.

TUMMERS, L.; BEKKERS, V. Policy implementation, street-level bureaucracy and the importance of discretion. **Public Management Review**, v. 16, n. 4, p. 527-547, 2014. DOI: <https://doi.org/10.1080/14719037.2013.841978>.

TURGEL, I.; DERBENEVA, V.; BASKAKOVA, I. Conceptual approach to managing the development of creative industries in second-tier industrial cities. **R-Economy**, v. 9, n. 4, p. 366-383, 2023. DOI: <https://doi.org/10.15826/recon.2023.9.4.023>.

VAN ECK, N. J.; WALTMAN, L. **Manual for VOSviewer version 1.6.18**. Leiden: Universiteit Leiden, 2022.

WINTER, S. C. Implementation. In: PETERS, B. G.; PIERRE, J. (ed.). **Handbook of public policy**. London: Sage Publications, 2006.

XU, A.; CHENG, C.; QIU, K.; WANG, X.; ZHU, Y. Innovation policy and firm patent value: evidence from China. **Economic Research-Ekonomska Istraživanja**, v. 35, n. 1, p. 2615-2644, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/1331677X.2021.1970607>.

ZHOU, C.; ZHANG, R.; LOGINOVA, J.; SHARMA, V.; ZHANG, Z.; QIAN, Z. Institutional logic of carbon neutrality policies in China: what can we learn? **Energies**, v. 15, n. 12, 2022. DOI: <https://doi.org/10.3390/en15124391>.